

**EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
1.120.803 - SP (2017/0144528-8)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**EMBARGANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : MARTINA LUISA KOLLENDER E OUTRO(S) - SP107329**  
**EMBARGADO : ALEXANDRE ARAUJO DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : FABIO HERMINIO DE MARTIN E OUTRO(S) - SP289323**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO.  
AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO  
NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE.

I - Na origem, trata-se de ação que objetiva recebimento de valores gastos com uniformes, gratificações e alimentação durante o período do curso de formação de soldado policial militar. Na sentença, julgou-se improcedente o pedido. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a sentença foi reformada

II - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que desproveu agravo interno.

III - Os aclaratórios somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

IV - Embargos de declaração não se prestam ao reexame de questões já analisadas, com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso, quando a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

V - Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator